



Formação Docente: Princípios e Fundamentos 2

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

Solange Aparecida de Souza Monteiro

(Organizadora)

Formação Docente: Princípios e Fundamentos 2

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F723	Formação docente [recurso eletrônico] : princípios e fundamentos 2 / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Formação Docente: Princípios e Fundamentos; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-369-9 DOI 10.22533/at.ed.699193005 1. Educação. 2. Professores – Formação. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A problemática da formação docente é um fenômeno que, inegavelmente, encaminha-se para a necessidade de mudança nos programas formativos voltados para modelos meramente transmissores e burocráticos, uma vez que na atualidade a competência do profissional docente perpassa muito além das fronteiras disciplinares e dos procedimentos de transmissão do conhecimento. O formalismo que tem contornado a pedagogia de muitas de nossas universidades coloca o ensino em uma disposição ambígua, já que, por um caminho, ele é supervalorizado, a mera transmissão de conhecimentos tem sido o seu maior motivo de existência; de outro, ele é menosprezado, porquanto pesquisa, para muitos, é atividade inegavelmente mais nobre que ensino. Esse debate atravessa diariamente as portas da universidade e invade o cotidiano das escolas, tendo como porta-voz um professor planejado para ministrar aulas, aplicar provas, atribuir notas, aprovar ou reprovar os alunos. E por sua vez os alunos são vítimas de um sistema de ensino ultrapassado e reprodutor de ideologias dominantes, prosseguem toda a sua vida escolar na posição de receptáculos de conteúdo, ouvintes acomodados e repetidores de exercícios vazios de sentido e significado. Esse é um fato por nós conhecido, o qual requer ordenamentos políticos, econômicos e pedagógicos para assegurar o desenvolvimento de uma nova cultura docente. Cultura esta que demanda a presença da pesquisa como princípio científico e educativo.

Um dos aspectos fundamentais referentes aos profissionais da educação encontra-se inscrito no Título VI, artigos 63 e 67, da Lei 9394/96 (BRASIL, 1996) e, diz respeito à obrigatoriedade da valorização, bem como do seu aperfeiçoamento profissional. Desde então, a formação continuada dos professores tem sido objeto de interesse da pesquisa científica e do crescente investimento de governos em todas as esferas da administração pública. Investimento esse que no dizer de Gatti e Barretto (2009, p. 199), traduz-se num “ensaio de alternativas de formação continuada de professores”. Diante desse contexto legal, novos paradigmas têm orientado os programas de formação continuada, fortalecendo as linhas do aprimoramento profissional e da melhoria da qualidade da educação nas redes públicas. Em outras palavras, são vários os formatos e as modalidades desses programas, com vistas a manter o professor atualizado frente às demandas educacionais da contemporaneidade, em busca de uma escola melhor como garantia da inserção do aluno como cidadão de uma sociedade exigente em informação e conhecimento. Nesse sentido, a formação continuada, enquanto política pública, sugere o desenvolvimento de uma identidade profissional a ser construída pelo próprio professor por meio da pesquisa e da reflexão sobre sua prática pedagógica. Essa continuidade do processo de formação docente, a ser assumida pelos sistemas públicos de ensino, implica responsabilidade individual do professor, do Estado assegurando recursos para viabilizá-la e da sociedade, em termos de melhorias na qualidade da educação pública escolar.

A formação de professores é uma das temáticas que mais tem estado presente nas discussões sobre a educação brasileira no âmbito das escolas públicas do Brasil. Além da importância que vem sendo atribuída, em termos nacionais, o motivo desse destaque se prende a dívida do país em relação a uma educação escolar de qualidade para toda a população. Nesse contexto, insere-se ainda a precária formação dos professores e a perda de sua identidade profissional, o que dificulta a construção de uma escola democrática, de qualidade que vise a cidadania. Há uma preocupação por parte de gestores e educadores em relação à qualidade de ensino e a formação de professores.

Para Tardif (2002, p.112), a formação docente voltou-se para a prática a partir dos estudos desenvolvidos nos Estados Unidos, na década de oitenta, onde a sala de aula tornou-se importante objeto de investigação. A partir de então a prática docente passou a ser valorizada e investigada. No Brasil, esses estudos iniciaram-se na década de noventa. Tardif (2002, p.1140), considera que, inicialmente, a reforma educacional preocupava-se com a organização curricular. Enquanto, atualmente, preconiza-se os saberes docentes, a formação docente. Entendendo-se que esta é a melhor maneira de formar professores, a partir da análise da prática do outro. Sendo capaz de desenvolver no futuro professor capacidade crítico- reflexiva para interagir com o conhecimento, gerar novos saberes, e com isso, reconstruir a identidade do professor. A formação docente preocupa-se, cada vez mais, com a formação de uma nova identidade docente baseada em princípios éticos, investigativos, críticos e reflexivos.

Nesse sentido, considerar a escola como locus de formação continuada passa a ser uma afirmação fundamental na busca de superar o modelo clássico de formação professores. Contudo, não se alcança esse objetivo de uma maneira espontânea. Não é o simples fato de estar na escola e de desenvolver uma prática escolar concreta que garante a presença das condições mobilizadoras de um processo formativo. Uma prática repetitiva, mecânica, não favorece esse processo. Para que ele se dê é importante que essa prática seja capaz de identificar os problemas, de resolvê-los. As pesquisas são cada vez mais confluentes, que esta seja uma prática coletiva, uma prática construída conjuntamente por grupos de professores ou por todo o corpo docente de uma escola.

A valorização do saber docente, atual, vem provocando uma importante reflexão e pesquisa no âmbito pedagógico nos últimos anos. Tardif, Lessard e Lahaye (1991), afirmam que o saber docente é um saber “plural, estratégico e desvalorizado”. Plural porque constituído dos saberes das disciplinas, dos saberes curriculares, dos saberes profissionais e dos saberes da experiência. Estratégico porque, como grupo social e por suas funções, os professores ocupam uma posição especialmente significativa no interior das relações complexas que unem as sociedades contemporâneas aos saberes que elas produzem e mobilizam com diversos fins. Desvalorizado porque, mesmo ocupando uma posição estratégica no interior dos saberes sociais, o corpo

docente não é valorizado frente aos saberes que possui e transmite. Muitas explicações que podem ser dadas para essa realidade. Os vários setores da atividade humana passam por significativas mudanças que se concretizam em novas configurações da ordem econômica e política relacionada ao conhecimento, às vinculações pessoais, às comunicações, entre outras, que trazem consequências muito diretas para a educação escolar. Tais mudanças afetam de maneira particular a formação de professores, área que se situa não só no âmbito do conhecimento, mas também da ética, em que estão em jogo entendimentos, convicções e atitudes que compõem o processo de preparação docente.

A identidade do professor é um processo que reúne a significação social da profissão, a revisão das tradições, a reafirmação das práticas consagradas com as novas práticas, o conflito entre a teoria e a prática, a construção de novas teorias. Este é um processo contínuo que envolve um ciclo entre construção e reconstrução permanente que tem como princípio o caráter questionador, crítico e reflexivo que o professor deve assumir. Esta constante reformulação da identidade profissional do professor, apesar de constante, tem um tempo certo para acontecer; passa por um período de acomodação, desacomodação e reacomodação, para que possa ser assimilado, e só então, vivido e experimentado. É fundamental observar que a identidade do professor é uma só, constituída pela sua identidade pessoal e sua identidade profissional.

Os educadores são unânimes em reconhecer o impacto das atuais transformações econômicas, políticas, sociais e culturais na educação e no ensino, levando a uma reavaliação do papel da escola e dos professores. Entretanto, por mais que a escola seja afetada nas suas funções, na sua estrutura organizacional, nos seus conteúdos e métodos, ela se mantém como instituição necessária à democratização da sociedade. Por isso, o tema da formação da identidade de professores assume no Brasil de hoje importância crucial. Não há reforma educacional, não há proposta pedagógica sem professores, já que são os profissionais mais diretamente envolvidos com os processos e resultados da aprendizagem escolar. Num momento político-social e educacional como o que enfrentamos no Brasil hoje, de clara hegemonia do projeto atual, essas questões não podem deixar de estar presentes na agenda da formação continuada de professores. Questões de fundo como “que tipo de sociedade?” Não podem estar ausentes do debate e cotidiano dos professores, junto com a análise crítica das reformas educativas que vêm sendo proposta. A formação da identidade profissional dos professores deve ser alicerçada em sua capacidade de se ressignificar, de pesquisar, de questionar e estar constantemente refletindo sobre a práxis, sobre seus saberes e fazeres, reconhecendo seu papel na melhoria social, dentro do que lhe compete. Neste processo a identidade profissional dos professores interfere no trabalho docente pois, um ciclo ininterrupto de ressignificação, de busca constante, de conflitos e descobertas. O que não se confunde com a falta de identidade profissional, ou a perda desta identidade. Conclui-se que a formação da identidade destes

profissionais é diferenciada das dos professores das áreas específicas por alguns fatores ora positivos, ora negativos e que dão certa especificidade a identidade destes profissionais. Fatores como a feminilização desta profissão, os baixos salários, a formação em nível médio na modalidade magistério de grande parte do corpo docente (o que esta mudando com o investimento na formação superior destes profissionais, mas ainda de modo restritivo, pois não se formam Pedagogos, e sim professores de séries iniciais com formação superior, o que além de limitar sua atuação, restringe seu currículo às habilidades pertinentes a docência), o reconhecimento da importância desta modalidade de ensino versus o investimento precário para este setor educacional e as constantes intervenções políticas, além da idade e das necessidades sociais e econômicas da clientela a que é destinado o serviço educacional neste setor, são apenas alguns destes fatores. A cobrança social é muito grande e muitas vezes o professor das séries iniciais se vê descaracterizado sua identidade para atender às necessidades de seus alunos, para que, somente então, possa realizar seu trabalho (não que isso não aconteça com professores de outras áreas, mas a pressão exercida é diferenciada em função da pouca idade da clientela). Sua identidade embora esteja em constante processo de resignificação deve ter bases sólidas, para não se perder e sucumbir as pressões, interferências e modismos tão frequentes em seu trabalho. Conclui-se afirmando que, junto com as enormes contribuições que essas novas tendências têm trazido para repensar a questão da formação da identidade de professores, é necessário também estarmos conscientes de seus limites e silêncios. Temos de estar conscientes da necessidade de articular dialeticamente as diferentes dimensões da profissão docente: os aspectos psicopedagógicos, técnicos, científicos, político-sociais, ideológicos, éticos e histórico-culturais.

Abre o livro o artigo A PROVA ESCRITA COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DOS PRIMEIROS ANOS DA BAIXADA SANTISTA, os autores Cícero Guilherme da Silva,, Everton Gomes Silva, Maria Alves de Souza Filha, Nilcéia Saldanha Carneiro, Patrícia Scatolin Teixeira Diniz, buscam identificar qual o sentido da prova escrita para estudantes dos primeiros anos do ensino médio; analisar se tais avaliações têm relevância significativa para o aprendizado do estudante; verificar se os estudantes veem esse tipo de avaliação como aprendizagem formativa e emancipadora, ou se apenas cumprem com as políticas e práticas estabelecidas pelas instituições e pontuar quais as principais dificuldades apresentadas pelos estudantes em sua formação no início do ensino médio na relação sobre a forma de avaliar do professor. Na perspectiva de compartilhar o artigo NA “COMPARTILHANDO SABERES: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE UM PROJETO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL”, os autores, Alexandre Montagna Rossini, Amanda Ribeiro Vieira, Juliana Cristina Perlotti Piunti, Plínio Alexandre dos Santos Caetano, buscam descrever o projeto “Compartilhando Saberes” desenvolvido pela Equipe de Formação Continuada de Professores do Campus

Sertãozinho do IFSP. No sentido de indagar o artigo ¿PARA QUÉ SIRVEN LAS HUMANIDADES MÉDICAS? CONSIDERACIONES SOBRE LA MEDICIÓN DE SU IMPACTO, a autora Isabel Morales Benito tem o propósito tratar de una rama del saber que se ha ido implantando en los últimos años y que se crece, caya vez con mayor impulso, tanto en el ámbito de la investigación como en su aplicación para la educación médica. Na perspectiva de inovar p artigo APRENDIZAGEM EM AMBIENTE DE INOVAÇÃO NO IFSP: RELATO SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA (OBG), os autores Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol, Lucas Labigalini Fuini, Elias Mendes Oliveira, buscam relatar a experiência de participação do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), campus São João da Boa Vista, na 3ª. Olimpíada Brasileira de Geografia (OBG), realizada desde 2015, detalhando os aspectos concernentes às estratégias de ensino-aprendizagem mobilizadas para participação dos alunos na edição de 2017. No artigo METODOLOGIA ATIVA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE CONCEITOS MATEMÁTICOS, os autores Sabrina Sacoman Campos ALVES e Elton Lopes da SILVA Buscam relatar uma experiência de um curso de formação continuada, vivenciado no primeiro semestre de 2017, com professores da Educação Infantil e 1º ano do Ensino Fundamental de um colégio da rede privada de ensino da cidade de Marília/SP. No artigo A autonomia docente no contexto de uso dos sistemas privados de ensino, as autoras Tatiana Noronha de Souza Maristela Angotti, buscam apresentar parte de uma pesquisa em andamento, cujo objetivo é analisar o conhecimento de professoras de pré-escola sobre a proposta pedagógica para a educação infantil, no contexto de uso de um Sistema Privado de Ensino – SPE. No artigo A APROPRIAÇÃO DE CONCEITOS GEOMÉTRICOS POR MEIO DO RECURSO DO DESENHO GEOMÉTRICO: SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA, os autores Robinson Neres de Oliveira e José buscaram por meio da pesquisa de Mestrado cujo título é "Contribuição do Desenho Geométrico na apropriação de conceitos geométricos". No artigo A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: RELACIONANDO A FORMAÇÃO E A PRÁTICA PROFISSIONAL, o autor Heitor Luiz Borali buscam pesquisar sobre o processo de avaliação e suas dimensões, analisando seus contextos como um instrumento para a investigação de problemas de aprendizagem como objeto que pode conduzir discriminação, a negação e a exclusão. No artigo A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A UTONOMIA DO PROFESSOR, as autoras Lucimara Del Pozzo Basso e Marcia Reami Pechula buscam suscitar alguns apontamentos e provocações a respeito da BNCC e da implicação deste documento na autonomia do professor. No artigo A CONSTITUIÇÃO DA DOCÊNCIA E A MOBILIZAÇÃO DE SABERES DOCENTES POR PROFESSORES ATUANTES NUM PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, os autores Francine de Paulo Martins Lima, Helena Maria Ferreira, Giovanna Rodrigues Cabral, Daiana Rodrigues dos

Santos Prado Buscou investigar a constituição da docência e os saberes mobilizados por um grupo de professores, no âmbito de um programa de alfabetização de jovens e adultos. No artigo A DEFICIENCIA DE ENSINAR: FORMAÇÃO DOCENTE, INCLUSÃO E CONFLITOS NA ATUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA, os autores Rubens Venditti Júnior, Márcio Pereira da Silva, Milton Vieira do Prado Júnior, Amanda Scucuglia Cezar, Cristian Eduardo Luarte Rocha, Luis Felipe Castelli Correia de Campos Buscam pesquisar como os professores de EF em geral conseguem atender às necessidades dos Deficientes Intelectuais (DI), tendo em vista que a função do professor é ensinar de maneira eficaz e inclusiva, ao passo que ainda encontramos a carência de oportunidades e poucos oferecimentos de atividades ao público PCD, principalmente na especificidade da DI. No artigo a docência como profissão na sociedade midiática: implementação de projeto PIBID em escola pública PAULISTA, os autores Rosemara Perpetua Lopes, João Paulo Cury Bergamim, Eloi Feitosa buscam apresentar resultados de um projeto que teve como objetivo propiciar a aprendizagem da docência a alunos de um curso de Licenciatura em Física, desenvolvido em escolas estaduais de uma cidade do interior paulista, com foco nas especificidades do campo de atuação do professor e nas exigências atuais que pairam sobre esse profissional. No artigo A FORMAÇÃO ACADEMIA DE GINÁSTICA ARTÍSTICA NA LICENCIATURA DE UMA UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA, os autores Camila Fornaciari FELICI, Virginia Mara Próspero da CUNHA, Livia Roberta da Silva VELLOSO, os autores buscam analisar a prática pedagógica de um professor do curso de licenciatura em Educação Física de uma universidade do Vale do Paraíba, na disciplina de Ginástica Artística. No artigo A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE UM MUNICÍPIO DO SUDESTE GOIANO, as autoras Janaina Cassiano Silva, Priscilla de Andrade Silva Ximenes, Altina Abadia da Silva, Eliza Maria Barbosa buscam por meio de um projeto de extensão, com financiamento do PROEXT, que teve como objetivo promover um processo de avaliação, reflexão e socialização dos conhecimentos da Psicologia Histórico-Cultural e Pedagogia Histórico-Crítica, ampliando as possibilidades de atuação da equipe pedagógica da educação infantil de um município do sudeste goiano. No artigo A FORMAÇÃO CONTINUADA E O CURRÍCULO NA ÁREA DE ALFABETIZAÇÃO E LINGUAGEM NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, a autora Isabela Bilecki da CUNHA analisa os índices insatisfatórios de alfabetização dos alunos dos primeiros anos do ensino fundamental da rede municipal de São Paulo nos anos 2000 que levaram a adoção de propostas de formação docente com foco no processo de alfabetização e aquisição de habilidades na leitura e na escrita nas gestões de Marta Suplicy (2001-2004), com o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA), e de José Serra (2005-2006) e Gilberto Kassab (2006-2012) com o Programa “Ler e Escrever”. No artigo A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E PROFESSORES POLIVALENTES NOS CURSOS DE PEDAGOGIA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS, a autora Renata Nassralla Kassis buscou

examinar o conteúdo das falas de treze professoras polivalentes obtidas em encontros de Grupo Focal cujos dados foram interpretados à luz de Pimenta, Freire, Fusari e Silva Cruz, dentre outros. No artigo A FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES: POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO TEORIA E PRÁTICA A PARTIR DO TRABALHO COM O AMBIENTE ALFABETIZADOR, as autoras Francine de Paulo Martins Lima, Cláudia Barbosa Santana Mirandola, Helena Maria Ferreira buscam discutir as possibilidades de articulação teoria e prática na formação do professor alfabetizador a partir do trabalho com o tema ‘ambiente alfabetizador’. No artigo A FORMAÇÃO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS: OPORTUNIDADE PARA A INOVAÇÃO E MELHORIA DOCENTE EM PATRIMÔNIO URBANO E PLANEJAMENTO, os autores Daniel Navas-Carrillo, Ana Rosado, Juan-Andrés Rodríguez-Lora, María Teresa Pérez-Cano, buscam descrever o ciclo de melhorias implementado na disciplina de “Patrimônio Urbano e Planejamento” da licenciatura em Arquitetura da Universidade de Sevilha. No artigo A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E O ENSINO DE CIÊNCIAS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA DE UMA FACULDADE PRIVADA DO INTERIOR DO ESPIRITO SANTO, as autoras Sandra Maria Guisso e Geide Rosa Coelho, buscam investigar como o ensino de ciências está inserido no curso de pedagogia de uma faculdade privada do interior do Espírito Santo. No artigo A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES DE LICENCIATURA, os autores Simone Guimarães Custódio, Irene Matsuno, Sebastião Raimundo Campos, Márcia M. D. Reis Pacheco, Suelene Regina Donola Mendonça, Marilza Terezinha Soares de Souza, buscaram através de entrevistas saber um pouco da trajetória profissional de professores que através dos relatos biográficos, contribuíram para configurar a sua vida pessoal e profissional. No artigo A INFRAESTRUTURA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO GRANDE ABC, os autores Daniela Silva e Costa SANTANA, Elisabete Filomena dos SANTOS, Nanci Carvalho Oliveira de ANDRADE, Clarice Schöwe JACINTO, Paulo Sergio GARCIA Buscaram investigar e analisar a infraestrutura escolar de Educação Infantil da Região do Grande ABC. No artigo A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO, os autores Ivair Fernandes de AMORIM e Eder Aparecido de CARVALHO o presente estudo busca evidenciar os principais conceitos presentes no regramento legal e institucional analisado assim como evidenciar lacunas e eventuais fragilidades. No artigo A LITERATURA COMO RECURSO FACILITADOR NO PROCESSO DE LEITURA E ESCRITA DA CRIANÇA SURDA a autora Maria de Lourdes da Silva busca compreender como a literatura pode auxiliar a criança surda no processo de aquisição da leitura e escrita, dentro de uma proposta de ensino bilíngue. No artigo A ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO PELO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO NOVATO: DESAFIOS, QUALIDADES E IMPLICAÇÕES PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE, os autores Maisa ALTARUGIO e Samuel de SOUZANETO busca identificar

e analisar as qualidades ou recursos pessoais (LE BOTERF, 2002) e profissionais (TARDIF, 2010) que são mobilizados e desenvolvidos por um docente universitário novato que assume, sem preparação ou formação prévia, a responsabilidade do papel de orientador de estágios supervisionados. O artigo A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE, os autores Francisca de Moura MACHADO, Eustáquio José MACHADO, Diego Viana Melo LIMA busca analisar as políticas de formação docente para a inclusão, com foco nas vozes dos professores do atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais. No artigo A PROPOSTA DE PIERRE MONBEIG, AROLDO DE AZEVEDO E MARIA CONCEIÇÃO VICENTE DE CARVALHO PARA O CURRÍCULO DE GEOGRAFIA DA ESCOLA SECUNDÁRIA (1935), os autores João Luiz Cuani Junior e Márcia Cristina de Oliveira Mello . trata-se de pesquisa documental e bibliográfica desenvolvida por meio de localização e análise de fontes documentais, dentre elas o texto "O ensino secundário da Geografia", publicado no ano de 1935, na revista Geografia. No artigo A UTILIZAÇÃO DA ABORDAGEM POR PROJETOS NO ENSINO FUNDAMENTAL os autores Gabriela Correia da Silva Zulind Luzmarina Freitas, Carolina Zenero de Souza, Lilian Yuli Isoda buscou-se realizar o levantamento bibliográfico de estudos referentes a Projetos realizados em Escolas, em particular Projetos realizados por Professores de Matemática. No artigo A UTILIZAÇÃO DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ECOLOGIA, os autores Roberta Seixas, Denise Maria Margonari, Carolina Xavier Esteves, Paulo Rennes Marçal Ribeiro buscaram pesquisar novos modelos avaliativos, que pudessem proporcionar uma maior abrangência de questões a serem investigadas, que não fossem somente as de caráter formativo e científico, mas que oferecessem um olhar mais amplo acerca de pontos que poderiam ser desvelados por meio de construção de histórias em quadrinhos.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PROVA ESCRITA COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DOS PRIMEIROS ANOS DA BAIXADA SANTISTA	
Cícero Guilherme da Silva Everton Gomes Silva Maria Alves de Souza Filha Nilcéia Saldanha Carneiro Patrícia Scatolin Teixeira Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.6991930051	
CAPÍTULO 2	11
COMPARTILHANDO SABERES: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE UM PROJETO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
Alexandre Montagna Rossini Amanda Ribeiro Vieira Juliana Cristina Perlotti Piunti Plínio Alexandre dos Santos Caetano	
DOI 10.22533/at.ed.6991930052	
CAPÍTULO 3	22
¿PARA QUÉ SIRVEN LAS HUMANIDADES MÉDICAS? CONSIDERACIONES SOBRE LA MEDICIÓN DE SU IMPACTO	
Isabel Morales Benito	
DOI 10.22533/at.ed.6991930053	
CAPÍTULO 4	36
APRENDIZAGEM EM AMBIENTE DE INOVAÇÃO NO IFSP: RELATO SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA (OBG)	
Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol Lucas Labigalini Fuini Elias Mendes Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6991930054	
CAPÍTULO 5	49
METODOLOGIA ATIVA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE CONCEITOS MATEMÁTICOS	
Sabrina Sacoman Campos Alves Elton Lopes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6991930055	
CAPÍTULO 6	56
A AUTONOMIA DOCENTE NO CONTEXTO DE USO DOS SISTEMAS PRIVADOS DE ENSINO	
Tatiana Noronha de Souza Maristela Angotti	
DOI 10.22533/at.ed.6991930056	

CAPÍTULO 7	67
A APROPRIAÇÃO DE CONCEITOS GEOMÉTRICOS POR MEIO DO RECURSO DO DESENHO GEOMÉTRICO: SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA	
Robinson Neres de Oliveira José Roberto Boettger Giardinetto	
DOI 10.22533/at.ed.6991930057	
CAPÍTULO 8	79
A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: RELACIONANDO A FORMAÇÃO E A PRÁTICA PROFISSIONAL	
Heitor Luiz Borali	
DOI 10.22533/at.ed.6991930058	
CAPÍTULO 9	95
A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A AUTONOMIA DO PROFESSOR	
Lucimara Del Pozzo Basso Marcia Reami Pechula	
DOI 10.22533/at.ed.6991930059	
CAPÍTULO 10	106
A CONSTITUIÇÃO DA DOCÊNCIA E A MOBILIZAÇÃO DE SABERES DOCENTES POR PROFESSORES ATUANTES NUM PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Francine de Paulo Martins Lima Helena Maria Ferreira Giovanna Rodrigues Cabral Daiana Rodrigues dos Santos Prado	
DOI 10.22533/at.ed.69919300510	
CAPÍTULO 11	118
A DEFICIÊNCIA DE ENSINAR: FORMAÇÃO DOCENTE, INCLUSÃO E CONFLITOS NA ATUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA	
Rubens Venditti Júnior Márcio Pereira da Silva Milton Vieira do Prado Júnior Amanda Scucuglia Cezar Cristian Eduardo Luarte Rocha Luis Felipe Castelli Correia de Campos	
DOI 10.22533/at.ed.69919300511	
CAPÍTULO 12	136
A DOCÊNCIA COMO PROFISSÃO NA SOCIEDADE MUDIÁTICA: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO PIBID EM ESCOLA PÚBLICA PAULISTA	
Rosemara Perpetua Lopes João Paulo Cury Bergamim Eloi Feitosa	
DOI 10.22533/at.ed.69919300512	

CAPÍTULO 13	149
A FORMAÇÃO ACADEMIA DE GINÁSTICA ARTÍSTICA NA LICENCIATURA DE UMA UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA	
Camila Fornaciari Felicio Virginia Mara Próspero Da Cunha Livia Roberta Da Silva Velloso	
DOI 10.22533/at.ed.69919300513	
CAPÍTULO 14	161
A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE UM MUNICÍPIO DO SUDESTE GOIANO	
Janaina Cassiano Silva Priscilla de Andrade Silva Ximenes Altina Abadia da Silva Eliza Maria Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.69919300514	
CAPÍTULO 15	174
A FORMAÇÃO CONTINUADA E O CURRÍCULO NA ÁREA DE ALFABETIZAÇÃO E LINGUAGEM NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Isabela Bilecki Da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.69919300515	
CAPÍTULO 16	185
A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E PROFESSORES POLIVALENTES NOS CURSOS DE PEDAGOGIA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS	
Renata Nassralla Kassis	
DOI 10.22533/at.ed.69919300516	
CAPÍTULO 17	200
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES: POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO TEORIA E PRÁTICA A PARTIR DO TRABALHO COM O AMBIENTE ALFABETIZADOR	
Francine de Paulo Martins Lima Cláudia Barbosa Santana Mirandola Helena Maria Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.69919300517	
CAPÍTULO 18	215
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS: OPORTUNIDADE PARA A INOVAÇÃO E MELHORIA DOCENTE EM PATRIMÔNIO URBANO E PLANEJAMENTO	
Daniel Navas-Carrillo Ana Rosado Juan-Andrés Rodríguez-Lora María Teresa Pérez-Cano	
DOI 10.22533/at.ed.69919300518	

CAPÍTULO 19	231
A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E O ENSINO DE CIÊNCIAS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA DE UMA FACULDADE PRIVADA DO INTERIOR DO ESPIRITO SANTO	
Sandra Maria Guisso Geide Rosa Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.69919300519	
CAPÍTULO 20	242
A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES DE LICENCIATURA	
Simone Guimarães Custódio Irene Matsuno Sebastião Raimundo Campos Márcia M. D. Reis Pacheco Suelene Regina Donola Mendonça Marilza Terezinha Soares de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.69919300520	
CAPÍTULO 21	254
A INFRAESTRUTURA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO GRANDE ABC	
Daniela Silva e Costa Santana Elisabete Filomena Dos Santos Nanci Carvalho Oliveira De Andrade Clarice Schöwe Jacinto Paulo Sergio Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.69919300521	
CAPÍTULO 22	265
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO	
Ivair Fernandes de Amorim Eder Aparecido de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.69919300522	
CAPÍTULO 23	278
A LITERATURA COMO RECURSO FACILITADOR NO PROCESSO DE LEITURA E ESCRITA DA CRIANÇA SURDA	
Maria de Lourdes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.69919300523	
CAPÍTULO 24	290
A ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO PELO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO NOVATO: DESAFIOS, QUALIDADES E IMPLICAÇÕES PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE	
Maise Altarugio Samuel De Souza Neto	
DOI 10.22533/at.ed.69919300524	

CAPÍTULO 25	301
A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE	
Francisca De Moura Machado Eustáquio José Machado Diego Viana Melo Lima	
DOI 10.22533/at.ed.69919300525	
CAPÍTULO 26	312
A PROPOSTA DE PIERRE MONBEIG, AROLD DE AZEVEDO E MARIA CONCEIÇÃO VICENTE DE CARVALHO PARA O CURRÍCULO DE GEOGRAFIA DA ESCOLA SECUNDÁRIA (1935)	
João Luiz Cuani Junior Márcia Cristina de Oliveira Mello	
DOI 10.22533/at.ed.69919300526	
CAPÍTULO 27	321
A UTILIZAÇÃO DA ABORDAGEM POR PROJETOS NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Gabriela Correia da Silva Zulind Luzmarina Freitas Carolina Zenero de Souza Lilian Yuli Isoda	
DOI 10.22533/at.ed.69919300527	
CAPÍTULO 28	333
A UTILIZAÇÃO DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ECOLOGIA	
Roberta Seixas Denise Maria Margonari Carolina Xavier Esteves Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.69919300528	
SOBRE A ORGANIZADORA	346

A PROPOSTA DE PIERRE MONBEIG, AROLD DE AZEVEDO E MARIA CONCEIÇÃO VICENTE DE CARVALHO PARA O CURRÍCULO DE GEOGRAFIA DA ESCOLA SECUNDÁRIA (1935)

João Luiz Cuani Junior

FAPESP

jcuanijr1998@gmail.com

Márcia Cristina de Oliveira Mello

FAPESP

marciamello@ourinhos.unesp.br

RESUMO: A temática deste artigo se aproxima do currículo para o ensino de Geografia da escola secundária dos anos de 1930. Destacamos a influência de Pierre Monbeig, Aroldo de Azevedo e Maria Conceição Vicente de Carvalho que elaboraram um programa para o ensino de Geografia à época. Trata-se de pesquisa documental e bibliográfica desenvolvida por meio de localização e análise de fontes documentais, dentre elas o texto “O ensino secundário da Geografia”, publicado no ano de 1935, na revista *Geografia*. Destacamos o contexto em que a proposta foi produzida, assim como a contribuição dos autores para a organização do currículo de Geografia para escola secundária tendo em vista os desafios de transpor o ensino-aprendizagem de conceitos geográficos respeitando o desenvolvimento psicológico dos alunos. O currículo de Geografia dos anos de 1930 considerava os pressupostos da Escola Nova, valorizando os aspectos psicológicos e metodológicos da aprendizagem.

Este modelo de currículo, por sua vez, estava articulado com o modelo de formação docente em Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP) e era discutido na Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

PALAVRAS-CHAVE: ensino de Geografia; currículo de Geografia; Didática da Geografia

ABSTRACT: The theme of this article approaches the curriculum for secondary school Geography teaching of the years of 1930. We highlight the influence of Pierre Monbeig, Aroldo de Azevedo and Maria Conceição Vicente de Carvalho who drew up a program for the teaching of geography of the time. This is documentary and bibliographic research developed through location and analysis of documentary sources, including the text “secondary school of geography,” published in 1935, in geography magazine. We highlight the context in which the proposal has been produced, as well as the author’s contribution to the Organization of the Geography curriculum for secondary school in order to overcome the challenges of teaching and learning geographic concepts respecting the students psychological development. The Geography curriculum from 1930 considered the assumptions of the new school, valuing the psychological and methodological aspects of learning. This model curriculum, in turn ,

was pleading with the model of teacher training in geography, Faculty of Philosophy, Sciences and letters (FFCL) of São Paulo University USP) and was discussed in the Brazilian Geographers Association(AGB). After this period had the contribution of cultural-historical Theory advanced in the discussion of the curriculum, Therefore, to understand the recent past can contribute to the reflection of how the problems were thought and as can be seen from this.

KEYWORDS: teaching geography; Geography curriculum; Didactics of geography.

1 | INTRODUÇÃO

No sentido de compreender aspectos da história da formação de professores de Geografia no Brasil está em desenvolvimento o projeto regular junto à FAPESP “Orientações metodológicas destinadas aos professores de Geografia para o ensino secundário da escola paulista (1934-1960)”. A pesquisa aqui apresentada é resultante das atividades desenvolvidas como membro de sua equipe executora, enquanto bolsista de treinamento técnico I.

No campo do ensino de Geografia selecionamos a temática relacionada ao currículo de Geografia para a escola secundária proposto pelos primeiros professores de Geografia [e História] da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, a partir de 1934.

O ideário educacional dos anos de 1930, do século XX, passou por um momento revolucionário com o fim da primeira república, onde o poder estava sob o domínio dos coronéis do leite em Minas Gerais e os barões do café em São Paulo. Submissas a uma lógica de desenvolvimento e de intensa urbanização, as cidades começaram a abrigar e receber um intenso fluxo de pessoas, ultrapassando o número de um milhão de habitantes.

Concomitante a lógica urbana também as relações de trabalho se ampliaram, visto que a partir da década de 1930 surgiu a necessidade do investimento em educação e a criação de escolas.

O então presidente da república Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, o primeiro gestor foi Francisco Campo que decretou algumas leis tais como o decreto n.19.851 (11/4/1931), que instituiu o regime universitário. A partir desse decreto o ensino superior deveria ser ministrado na universidade com a criação de uma Faculdade de Educação Ciências e Letras onde a principal função seria a formação dos professores secundários. Mas a Faculdade de Educação Ciências e Letras idealizada por Francisco Campos não chegou a ser instaurada. A instituição que teria a função de preparar professores para o ensino secundário no Brasil foi denominada Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Com essas medidas e educação tentava acompanhar a nova lógica da cidade urbano-industrial, com traços de modernidade. (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2015).

Ainda na década de 1930 outro divisor de águas para a educação foi a publicação do chamado “Manifesto dos pioneiros da educação”, que ocorreu em 1932, coordenado por Fernando de Azevedo. Trata-se de documento que afirmava que dentre todos os problemas que o país enfrentava, nenhum deles tinha primazia se não o problema educacional, fomentando na sociedade o apoio para a ampliação do sistema educacional brasileiro, para tanto, a formação docente foi posta em evidência.

Em 1934 foi fundada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL da USP), dentre os cursos nascentes estava o de Geografia e História, nas modalidades Bacharelado e Licenciatura. Os candidatos ao curso de Licenciatura deveriam cursar a formação pedagógica no Instituto de Educação, já que pelo Decreto estadual n. 5.884/33 o Instituto Caetano de Campos foi transformado em Instituto de Educação, passando a oferecer a formação pedagógica aos candidatos ao magistério secundário. Em 1938 o Instituto de Educação foi incorporado à USP, e em 1938 transformado na seção de Pedagogia da FFCL, posteriormente se transformou em Departamento de Educação. O Instituto de Educação e sua “Escola de formação de professores” contribuíram para que surgissem as primeiras gerações de professores especializados, no estado de São Paulo, dentre eles os de Geografia [e História]. (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2015).

A formação pedagógica do professor secundário envolvia estudos relativos aos problemas psicológicos da aprendizagem na fase da adolescência e saberes relacionados ao currículo escolar. O referencial teórico do curso estava articulado à Didática da Escola Nova.

Neste sentido, o ensino de Geografia passou a receber influência desta tendência pedagógica, representada especialmente pelo pensamento de Delgado de Carvalho. Até então, professor e diretor do Colégio D. Pedro II foi pioneiro na divulgação dos preceitos escolanovistas para o ensino de Geografia e publicou, no ano de 1925, um dos trabalhos mais importantes da época *Metodologia do ensino geográfico*, manual de ensino no qual propôs uma distribuição mais precisa e lógica dos conteúdos de ensino e metodologias mais adequadas ao interesse dos alunos. (PONTUSCHKA, 1999).

A maior preocupação de Delgado de Carvalho estava direcionado aos caminhos que levariam o aluno a chegar no ensino secundário, visto que para ele os estudos não deveriam terminar no ensino primário. (SANTOS, 2005).

Assim, o curso de formação docente na USP viveu o clima da Escola Nova, seja por meio do referencial bibliográfico contido nas bibliografias das disciplinas pedagógicas, ou na produção intelectual dos docentes – a exemplo de Pierre Monbeig - e depois na produção e atuação profissional dos ex-alunos – como Aroldo de Azevedo e Maria Conceição Vicente de Carvalho.

Os formandos do curso de destacaram no cenário estadual especialmente junto a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), instituição que à época era consultada também sobre os problemas relacionados ao ensino de Geografia, portanto, opinava

sobre seu currículo.

Pierre Monbeig nasceu em 1908 e teve sua formação em História e Geografia concluída na Universidade de Paris, em 1927. No ano de 1935 recebeu o convite para ocupar a cadeira de professor de Geografia Física e Humana na Universidade de São Paulo. No ano de 1937 ocupou o cargo de presidente da AGB que se estendeu até 1946. Monbeig trouxe a influência francesa como matriz do pensamento geográfico da época, contida no pensamento de autores tais como Vidal de La blache, Albert Demangeon etc. Como tinha experiência como professor de escola secundária em seu país ficou responsável por introduzir no curso da USP as questões relativas a Metodologia do ensino de Geografia. Não era o responsável pela disciplina de Metodologia das disciplinas específicas, mas proferiu a primeira palestra sobre o tema e sempre que solicitado opinava sobre o assunto.

Aroldo de Azevedo nascido em 03 de março de 1910 foi um dos principais geógrafos brasileiros principalmente no que se tange a sistematização e ensino de Geografia. Após ter concluído o curso de Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro escolheu a Geografia, foi então que ingressou na USP. Formou-se no curso de Geografia e História no ano de 1939. Durante sua vida acadêmica publicou mais de 120 textos entre artigos e livros, muitos deles relacionados ao ensino de Geografia do Brasil.

Maria da Conceição Vicente de Carvalho nasceu em Santos, no Estado de São Paulo, em 1906. Em 1927 foi diplomada pela Escola de Engenharia do Instituto Mackenzie em Química Industrial. No ano de 1934 matriculou-se na primeira turma da seção de Geografia e História da FFCL da USP obtendo seu diploma de licenciada no ano de 1938. Ela defendeu sua tese de doutorado intitulada “Santos e a Geografia humana do litoral Paulista”. Assim, no dia 23 de novembro de 1944 se tornou a primeira geógrafa mulher que recebeu o título de doutora em Geografia.

Estes três professores tiveram sua atuação profissional ligada também ao ensino de Geografia e contribuíram para a organização e constituição do que hoje entendemos como currículo de Geografia. Atuaram na época das transformações aliadas a ideologia do nacionalismo patriótico, e justamente da importância que a educação estava adquirindo frente às intenções do Estado, que organizava o sistema educacional.

Já era fato de que o ensino da Geografia necessitava de transformações, o seu ensino já era ineficaz repleto de insatisfações, metodológicas, sistemáticas e até mesmo didáticas. Na tentativa de romper com a corrente positivista e se adequar a nova realidade social, surge uma indagação de como o currículo de Geografia poderia ser constituído. Assim, os membros da AGB dentre eles Maria da Conceição Vicente de Carvalho, Aroldo de Azevedo e Pierre Monbeig foram consultados sobre a possibilidade de sistematizarem uma proposta de currículo para o ensino secundário da Geografia.

Como resposta a consulta escreveram o texto “O ensino secundário da

Geografia”, publicado no ano de 1935, na revista *Geografia*. Partindo do pressuposto de que a Geografia passava por um momento de grandes transformações, tanto, no contexto nacional quanto mundial. Os autores acreditavam que seu ensino se daria na substituição de um sistema puramente baseado na nomenclatura para uma compreensão científica da matéria. Parte-se do princípio de que é melhor conhecer bem poucas coisas do que mal todas elas. O ensino secundário, para os autores, deveria ser um ensino de cultura geral e não de especialidades. Portanto, enfatizaram que, o papel dos professores deveria ser o de auxiliar na formação de personalidades e não a de recrutar geógrafos. Assim, seria importante conhecer os alunos, as suas representações sociais e os saberes que traziam.

De acordo com Monbeig, Azevedo e Carvalho (1935), enquanto membros da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) buscaram contribuir com a reforma do ensino secundário. Na proposta indicaram quais conteúdos e quais formas de se aplicar os conteúdos geográficos, em cada uma das séries da escola secundária.

2 | OBJETIVOS DA PESQUISA

- Conhecer o projeto de programa para o ensino de Geografia apresentado no texto “O ensino secundário da Geografia” (1935).

- Compreender o contexto em que foram produzidas as propostas de intervenções didáticas de Pierre Monbeig, Aroldo de Azevedo, Maria Conceição Vicente de Carvalho para o ensino de Geografia na escola secundária da década de 1930.

- Apontar a contribuição dos autores para a organização do currículo de Geografia para escola secundária dos anos de 1930.

3 | METODOLOGIA DA PESQUISA

A investigação consistiu em pesquisa bibliográfica e documental. O estudo documental se deu por meio de identificação, localização e recuperação de fontes primárias e secundárias obtidas especialmente nos acervos da FFCL da USP, incluindo os periódicos da época e outras fontes documentais tais como relatórios da universidade.

Foram consideradas também as bases de dados eletrônicas tais como o Banco de Dados Bibliográficos da USP (<http://dedalus.usp.br/>), Biblioteca Digital da UNICAMP (<http://cutter.unicamp.br/>) e o Catálogo Athena da UNESP (<http://www.athena.biblioteca.unesp.br/>).

Após localização dos dados sobre a produção acadêmica dos autores que selecionadas, os dados foram organizados em forma de tabelas e/ou quadros que auxiliarão na análise da constituição da história do ensino de Geografia.

A pesquisa bibliográfica foi articulada aos temas relacionados ao ensino de Geografia na primeira metade do século XX. Foram enfatizados os aspectos referentes aos conteúdos de ensino e a Didática da Geografia.

Os dados coletados foram analisados à luz desta bibliografia especializada e os resultados serão sistematizados em formato de artigo acadêmico e/ou textos completos para apresentação em eventos científicos.

4 | RESULTADOS PARCIAIS

Como a pesquisa está em andamento, apresentamos aqui alguns resultados parciais.

Analisando o texto “O ensino secundário da Geografia” (1935) no que se refere a escolha dos conteúdos de ensino, percebemos que os autores indicaram que para a primeira série do ensino secundário os professores deveriam considerar que os alunos ainda eram muito jovens, por isto teriam dificuldades em compreender abstrações quando da apresentação dos conceitos, portanto, era viável o professor expunha a aula baseada nas dinâmicas locais do espaço em que o aluno estava inserido.

Para a segunda série foi indicado ao professor não restringir o aluno a memorização de nomenclaturas, rios, estados etc. As nomenclaturas deveriam ser conduzidas para que o aluno se localize durante a explicação de algum fenômeno.

Já na terceira série considerando o aluno com certa maturidade para absorver determinados conteúdos, o professor deveria buscar fugir de assuntos inúteis e instigar discussões abordando assuntos do seu país do ponto de vista econômico e político.

Na quarta série, deveria existir mais enfoque nos assuntos já discutidos, além de ampliar as possibilidades para preparar os estudantes para os exames de ingresso para o curso superior.

E por fim, o aluno egresso da quinta série, já a poucos meses de entrar prestar os exames para ingresso na faculdade, poderia se tornar um cidadão formado em busca de aperfeiçoamentos.

Desta forma, segundo a proposta dos autores o objetivo do ensino da Geografia para a escola secundária seria transmitir, com serenidade, quais são as questões econômicas, com suas relações políticas, que se apresentam ao seu país e ao mundo inteiro. Ainda se trata, no presente caso, de ministrar uma cultura geral e de formação para a cidadania.

Apresentamos nos quadros abaixo, os conteúdos de ensino propostos para o ensino de Geografia da escola secundária dos anos de 1930.

Primeira série

ELEMENTOS DE COSMOGRAFIA E DE GEOGRAFIA FÍSICA, BIOLÓGICA E HUMANA:
Universo. Sistema solar. Terra. Lua. Linhas e círculos da esfera terrestre. Longitude e latitude. Dias e noites. Estações. Orientação
Estrutura da Terra. Relevo. Costas. Oceanos e mares. Rios e lagos. Atmosfera: o clima e as grandes zonas climáticas.
Distribuição dos vegetais e dos animais sobre a Terra.
População da Terra. Raças. Religiões. Graus de civilização.

Segunda série

GEOGRAFIA GERAL DOS CONTINENTES:
Estudo dos continentes (América, Europa, Ásia, África, Oceania).
Situação geográfica. Relevo. Costas. Hidrografia. Climas. Riquezas naturais.
Populações. Divisões políticas. Principais centros urbanos. Recursos econômicos. Dentro de cada continente serão estudados com maior minúcia os principais países, a saber: Estados Unidos, Canadá, Argentina, Ilhas França, Alemanha, países da Europa Central, Itália, países Ibéricos, U. R. S. S., Japão, China, Índia, Egito, União Sul-Africana, Austrália e Nova Zelândia.

Terceira série

GEOGRAFIA GERAL DO BRASIL:
Situação geográfica. Fronteiras terrestres. Relevo. Costas. Hidrografia. Climas. Riquezas naturais.
População. Formação territorial e questões de fronteiras. Governo. Produtos agrícolas. Criação de gado. Indústrias extrativas. Vias e meios de comunicação e de transporte. Comércio.
Geografia regional, focalizando as feições físicas, a evolução histórica e os problemas econômicos e sociais de cada uma das seguintes regiões: Brasil Setentrional, Brasil Norte-Oriental, Brasil Oriental, Brasil Meridional e Brasil Central.

Quarta série

COSMOGRAFIA E GEOGRAFIA FÍSICA, BIOLÓGICA E HUMANA:
A Geografia: histórico, conceito e divisão.
Sistema solar. Terra. Coordenadas geográficas. Movimentos da Terra. Mecanismo das estações.
Crosta terrestre: origem e composição. Eras geológicas. As fôrmas do relevo; tectônica e erosão. Oceanos e mares. A água do mar. Movimentos do mar. Relevo submarino. Rios. Lagos. Atmosfera: temperatura e pressão. Meteoros. Climas.
Geografia Humana: conceito e objeto. Raças. Línguas e religiões. O homem e o meio: gêneros de vida e graus de civilização. Habitações. Centros urbanos. Centros de povoamento: fronteiras e movimentos da humanidade. O Estado e suas fôrmas. Fins político-econômicos dos Estados. Moveis políticos das potências. Política internacional contemporânea. Culturas alimentícias. Plantas industriais. Criação de animais. Caça e pesca. Explorações minerais. Utilização das forças naturais. Vias e meios de comunicação e de transporte. PARTE PRÁTICA: Leitura de cartas topográficas. Leitura de cartas meteorológicas. Explicação de estatísticas e de gráficos. Excursões.

Quinta série

GEOGRAFIA DOS PRINCIPAIS PAÍSES:
Estudo especial de cada uma das seguintes potências, nas suas feições físicas e políticas particulares, salientando em cada uma delas os problemas de natureza social ou econômica que mais lhe caracterizam a vida internacional.
Império Britânico (ilhas Britânicas, Canadá, União Sul-Africana, Índia, Austrália e Nova Zelândia), França e colônias (África do norte e Indo-China), Bélgica e Holanda, Suíça, Alemanha, países da Europa Central, Itália, Portugal, U. R. S. S., Japão, China, Estados Unidos, Argentina, e o Brasil perante as principais potências

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca de conhecer o projeto de programa para o ensino de Geografia apresentado no texto “O ensino secundário da Geografia” (1935) percebemos que os autores partiram do pressuposto de que o ensino secundário da Geografia não deveria ser um ensino de especialidades e sim de uma cultura geral. Para tanto, indicaram enquanto postura metodológica que os professores evitassem as abstrações no momento de apresentar os conceitos aos alunos, portanto seria viável associar o

assunto a ser aprendido com o cotidiano dos alunos. Era preferível ainda que não se apegassem unicamente a memorização de nomes, isso não significa o desprezo pelos nomes de rios, cidades, Estados etc, porém deveriam ser articulados a realidade dos lugares de estudos.

As leituras dos mapas deveriam ser recorridas com a intenção não de uma obra artística mas como uma representação dos fatos, onde permitiam que o aluno associasse a representação do mapa com a vida real. Foram propostas também com finalidades metodológicas e didáticas as chamadas “leituras geográficas” na qual o professor se distancia das atividades rotineiras, e a fim de buscar a atenção dos alunos realizar percepções dos conteúdos da Geografia através, por exemplo, de viagens, romances etc. Também não se descartaram os exercícios práticos, assim como outras disciplinas se dispõem do uso de laboratórios a Geografia também deveria realizar atividades dinâmicas, tais como a leitura de cartas topográficas familiarizando assim com a topografia, estatística, meteorologia etc.

Percebemos que esta forma de compreender o ensino de Geografia contida na proposta de Pierre Monbeig, Aroldo de Azevedo, Maria Conceição Vicente de Carvalho para o ensino de Geografia na escola secundária da década de 1930, dentro da lógica escolanovista - difundida pela USP e seu Instituto de Educação - se tornou uma tradição e influenciou o currículo da escola paulista à época.

REFERÊNCIAS

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 5 ed. São Paulo:Cortez, 2015.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. A Geografia: pesquisa e ensino. In: CARLOS. Ana Fani Alessandri (Org). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p.111-142.

SANTOS, Fátima Aparecida dos Santos. **A escola nova e a prescrição destinadas ao ensino da disciplina de Geografia da escola primária de São Paulo no início do século XX**. 2005. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo 2005.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BASTOS, Maria Helena Camara. **Manuais escolares franceses no imperial Colégio de Pedro II (1856-1892)**. *História da Educação*, Pelotas, v. 12, n. 26, p. 39-58., set.dez. 2008.

FIORI, Vivian. **As condições dos cursos de Licenciatura em Geografia no Brasil: uma análise territorial e de situação**. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, 2012.

FONTE DOCUMENTAL

MONBEIG, Pierre; AZEVEDO, Aroldo de; CARVALHO, Maria Conceição Vicente de. **O ensino secundário da Geografia**. *Geografia*, São Paulo, ano 1, n. 4, p. 107-113. 1935.

SOBRE A ORGANIZADORA

Solange Aparecida de Souza Monteiro - Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos(IFSP/Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-369-9

